

Requerimento de Comissão
REQUERIMENTO Nº
2981/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Fuad Noman, ao Superintendente de Mobilidade Urbana, Sr. André Dantas, e ao Presidente do Transfácil, Sr. Ralison Guimarães, pedido de informação sobre o transporte de estudantes para o Enem, em 05/11/2023.

Considerando a gratuidade integral de transporte público a estudantes, estabelecida pela Lei 11.538/2023; a inexistência de política tarifária para o sistema de transporte coletivo suplementar; e a determinação de quadro de horários para cumprimento de viagens no domingo, 05/11/2023, para as linhas S21, S60, S61, S63, S64, S65, S66, S31, S32, S33, S53 e S70, do sistema suplementar, que só operam de segunda a sábado, pergunta-se:

1. Como será feito o pagamento do transporte gratuito dos estudantes para as linhas suplementares que não tinham previsão de transporte aos domingos?
2. Como será feito o pagamento do transporte gratuito dos estudantes para as demais linhas suplementares?
3. Como será feito o pagamento do transporte gratuito dos estudantes para as linhas do sistema convencional?
4. Quantos estudantes foram transportados pelo sistema suplementar no dia 05/11/2023?
5. Quantos estudantes foram transportados pelo sistema convencional no dia 05/11/2023?

Belo Horizonte, 06 de novembro de 2023.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por FERNANDA
PEREIRA ALTOE:04519898641
Dados: 2023.11.06 15:02:27 -03'00'

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
NOVO

Ao Senhor
Vereador Wilsinho da Tabu
Presidente da Comissão de Administração Pública.

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
07 / 11 / 23
OK 627
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Erro material. Leia-se:

8 CH 568

Projeto de Lei 667/2023

PARECER DE 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 677/23

1. RELATÓRIO:

De autoria do Ver.(a) Reinaldo Gomes Preto Sacolão, o Projeto de Lei em epígrafe que "Dispõe sobre a inclusão, em sites oficiais dos Poderes Públicos do Município de Belo Horizonte, em aba específica, todos os serviços municipais à disposição das pessoas idosas e dá outras providências", seguindo o rito regimental, vem a proposta às comissões de mérito a fim de que seja analisado o PL 677/2023.

A Comissão de Legislação e Justiça, ao apreciar a matéria em 1º turno, aprovou parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do PL.

Seguindo o trâmite regimental vem a proposta a esta Comissão de Administração Pública, conforme despacho em que delimita a competência para análise, qual seja: art. 52, inciso II, alíneas "j" e "l" do Regimento Interno, da prestação de serviços públicos em geral e seu regime jurídico e de matéria referente ao direito administrativo em geral.

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei Nº 677/2023, proposto pelo vereador, visa facilitar o acesso das pessoas idosas aos serviços municipais disponíveis nos sites oficiais dos poderes públicos do Município de Belo Horizonte. O projeto determina que todos os serviços e benefícios municipais destinados às pessoas idosas sejam disponibilizados em uma aba específica e de fácil localização na página inicial dos sites oficiais dos poderes públicos municipais. Além disso, as informações devem ser apresentadas de maneira clara e de fácil entendimento para as pessoas idosas, e pode haver ampla divulgação dessas informações através de várias mídias e redes sociais.

Na justificativa do projeto, o autor refere-se ao artigo 230 da Constituição Federal, que destaca o dever da família, sociedade e Estado em amparar as pessoas idosas, assegurando sua

PROTOCOLIZADO CONFORME

DELIBERAÇÃO Nº 14/2021

DATA: 06.11.23

HORA: 15:44:43



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar, e garantindo-lhes o direito à vida. O autor também menciona o direito à informação, conforme estabelecido no inciso XIV do art. 5º da Constituição Federal.

O vereador argumenta que é essencial que o cidadão idoso no Município de Belo Horizonte seja adequadamente informado sobre seus direitos e benefícios. Ele menciona dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que indicam que apenas 24,7% dos idosos têm acesso à internet. No entanto, cada vez mais idosos estão buscando capacitação para usar a internet e serviços digitais. Portanto, o autor considera imprescindível que o Poder Público atue como um facilitador, garantindo que as pessoas idosas tenham fácil acesso à informação e aos serviços digitais disponíveis nos sites oficiais dos poderes públicos municipais. O autor solicita o apoio de seus pares para a aprovação desta proposição legislativa, considerando-a benéfica e necessária.

2.1- COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Diante do despacho presidencial cabe a análise desta comissão da prestação de serviços públicos em geral e seu regime jurídico e de matéria referente ao direito administrativo em geral.

É importante mencionar que, além do Projeto de Lei N° 677/2023, que visa facilitar o acesso das pessoas idosas aos serviços municipais nos sites oficiais dos poderes públicos do Município de Belo Horizonte, já existe um Projeto de Lei em tramitação com objetivos semelhantes. O PL de número 625/2023, de autoria do Ver.(a) Jorge Santos, que foi aprovado em 1º turno, no dia 23/10/2023, e no dia 26/10/2023, foi aprovado em 2º turno.

Inicialmente, é essencial ressaltar que o objetivo central da proposta é simplificar o acesso dos idosos aos serviços públicos. O Projeto de Lei (PL) visa centralizar todas as informações relevantes em um único local, buscando oferecer aos idosos uma compreensão rápida, clara e simplificada dos serviços e benefícios disponíveis.

Ao analisar o PL em relação ao Estatuto do Idoso (Lei Federal N° 10.741/2003), nota-se uma sincronia de objetivos. O Estatuto, criado para assegurar os direitos dos idosos e fomentar sua autonomia e participação ativa na sociedade, encontra eco no PL N° 677/2023, que visa facilitar o acesso dos idosos às informações sobre os serviços e benefícios aos quais têm direito. Esta iniciativa do PL, ao promover informações claras e facilmente



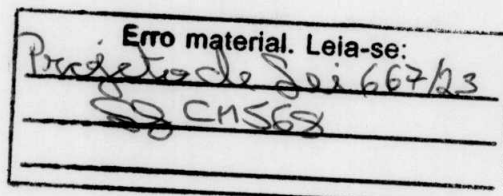
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

compreensíveis, alinha-se com as diretrizes do Estatuto do Idoso, que também incentiva a propagação de informações educacionais sobre o processo de envelhecimento e os direitos dos idosos. Assim, o PL representa um avanço significativo na maneira como o governo interage com os idosos, buscando tornar os serviços públicos mais acessíveis e compreensíveis, reforçando e complementando os princípios estabelecidos pelo Estatuto do Idoso.

O PL também respeita o princípio da legalidade, fundamental no Direito Administrativo, que determina que a administração pública deve agir conforme permitido por lei. O PL N° 677/2023, ao centralizar informações sobre os direitos e serviços para idosos, não cria novas obrigações ou direitos, mas otimiza a apresentação das informações já existentes ao público, estando em conformidade com o princípio da legalidade.

Em resumo, o PL N° 677/2023, ao focar na transparência e acessibilidade das informações, sem modificar o regime jurídico atual, mostra um compromisso sólido com os princípios legais, assegurando que as ações do governo estejam sempre em conformidade com a legislação vigente. Do ponto de vista da Comissão de Administração Pública, o PL é uma proposta valiosa e proveitosa, visando aprimorar a acessibilidade dos serviços públicos para os idosos, sem implicar custos excessivos para a administração pública.

Dadas as análises, não vislumbramos óbices que impactem na regular tramitação da proposição nesta Casa quanto ao mérito atinente desta Comissão, por isso passamos à conclusão que se segue.



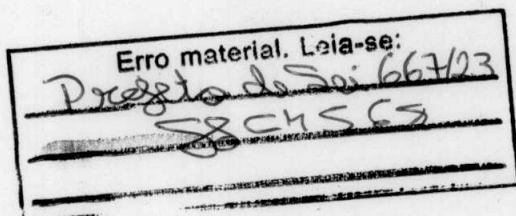


CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3. CONCLUSÃO:

Por todo o exposto, concluo este parecer pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei N° 677/23.

Belo Horizonte, 06 de novembro de 2023.



ROBERTO ELBO Assinado de forma digital
por ROBERTO ELBO
GONCALVES:87136791634
136791634 Dados: 2023.11.06 15:19:45
-03'00'

Vereador Roberto da Farmácia

Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARECER DE 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 679/23

1. RELATÓRIO:

De autoria do Ver.(a) Ver.(a) Pedro Patrus, o Projeto de Lei em epígrafe que "Dispõe sobre a Política de Cozinhas Comunitárias do município e Belo Horizonte", seguindo o rito regimental, vem às comissões de mérito a fim de que seja analisado.

A Comissão de Legislação e Justiça, ao apreciar a matéria em 1º turno, aprovou parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do PL.

A Comissão de Direitos Humanos, ao apreciar a matéria em 1º turno, emitiu parecer pela aprovação.

Seguindo o trâmite regimental vem a proposta a esta Comissão de Administração Pública, conforme despacho em que delimita a competência para análise, qual seja: art. 52, inciso II, alíneas "g" e "l" do Regimento Interno, estrutura organizacional e administrativa do Executivo, incluindo as entidades da administração indireta e seu regime jurídico e de matéria referente ao direito administrativo em geral.

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O PL proposto visa estabelecer a Política de Cozinhas Comunitárias no município de Belo Horizonte, integrando-a à já existente Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Esta iniciativa tem como finalidade primordial o fornecimento de refeições equilibradas do ponto de vista nutricional e seguras para indivíduos que enfrentam condições de insegurança alimentar e vulnerabilidade social. Adicionalmente, a política tem o intuito de promover atividades educativas relacionadas à alimentação e nutrição.

Os objetivos delineados pelo PL são multifacetados: assegurar o direito fundamental à alimentação, prover espaços apropriados para a alimentação, garantir o acesso regular e de qualidade aos alimentos, mitigar a fome e a insegurança alimentar e nutricional, fomentar



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

práticas alimentares que sejam saudáveis e sustentáveis, atender às necessidades de populações em situação de risco, disseminar conhecimento sobre educação alimentar e nutricional, e estruturar sistemas locais de abastecimento alimentar.

A gestão e execução da Política de Cozinhas Comunitárias ficarão a cargo do órgão municipal responsável pela segurança alimentar e nutricional. As Cozinhas Comunitárias funcionarão como pontes entre a sociedade civil e o governo, distribuindo alimentos preparados para aqueles em situação de rua e vulnerabilidade social, e estabelecendo parcerias estratégicas com instituições e movimentos locais.

Para a efetiva implementação das cozinhas, serão adotados critérios técnicos baseados em dados e índices que identificam territórios vulneráveis. A regulamentação detalhada da política será desenvolvida e publicada por meio de decreto no prazo máximo de 180 dias após a sanção da lei.

A justificativa do PL enfatiza a segurança alimentar e nutricional como um direito humano essencial, apontando para a realidade preocupante da insegurança alimentar que afeta significativamente a população brasileira. As cozinhas comunitárias são valorizadas como instrumentos eficazes no combate à fome, na promoção de uma nutrição de qualidade, e como catalisadoras de geração de renda e emprego. Destaca-se ainda a importância da sustentabilidade na produção e manejo dos alimentos, o fortalecimento comunitário via agricultura urbana e familiar, e o papel dessas cozinhas na promoção da inclusão social e no reforço dos laços comunitários.

2.1- Comissão de Administração Pública.

Conforme determinado pelo despacho presidencial, cabe a esta comissão analisar a estrutura organizacional e administrativa necessária para a execução do PL, incluindo a relação com entidades da administração indireta e o regime jurídico pertinente, bem como questões gerais de direito administrativo.

A implementação da Política de Cozinhas Comunitárias exigirá uma estrutura organizacional ágil e eficiente, sob a égide de um órgão gestor da administração direta, que coordenará as ações em sinergia com secretarias e departamentos municipais relevantes. A colaboração com entidades da administração indireta, como autarquias, fundações públicas,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

empresas públicas e sociedades de economia mista, ampliará o alcance e a capacidade de execução da política, aproveitando um espectro mais amplo de recursos e habilidades.

Estas entidades estarão sujeitas a um regime jurídico específico, que define suas obrigações e limitações, incluindo a realização de concursos públicos e processos licitatórios. A política deverá ser implementada em conformidade com os princípios do direito administrativo, respeitando a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e observando as restrições fiscais pertinentes.

Além disso, a política deverá atender às normativas que regulam o uso de bens públicos e ser consciente das responsabilidades civis do Estado, particularmente em relação à segurança alimentar e nutricional dos beneficiários.

Essas cozinhas representam uma estratégia de política em saúde, de soberania alimentar e de combate à fome a partir da construção coletiva e participação da comunidade, visando garantir benefícios nutricionais e sociais, tais como melhora da coesão social, promoção à saúde e empoderamento.

2.2 Programa Cozinha Solidária em relação ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Aspecto	Programa Cozinha Solidária	Legislação Nacional
Objetivo	Fornecer alimentação gratuita e de qualidade, com foco em pessoas em situação de vulnerabilidade.	A CF e a Lei do SISAN visam assegurar o direito à alimentação adequada para todos.
Finalidades	Combate à fome, educação nutricional, sustentabilidade e apoio à agricultura familiar	O SISAN visa garantir o direito à alimentação e promoção da soberania alimentar.
Estrutura	Cozinhas solidárias como tecnologia social, parcerias com entidades civis e aquisição de alimentos da agricultura familiar.	A Lei 13.019/2014 regula as parcerias para fins similares, e a Lei do SISAN visa promover a integração entre governo e OSCs.
Execução	Parcerias com instituições públicas e privadas,	As parcerias são regulamentadas pela Lei



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

	regulamentadas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social.	13.019/2014, que estabelece um regime jurídico para as parcerias entre Estado e OSCs.
Fiscalização e Transparência	Fiscalização sanitária, prestação de contas, e publicação de metas e resultados.	A Constituição e as leis supracitadas estabelecem princípios de transparência, fiscalização e controle social para todas as políticas públicas.
Agricultura familiar	No mínimo 30% dos recursos para aquisição de alimentos devem ser destinados à agricultura familiar.	O SISAN promove a agricultura familiar como base para a segurança alimentar e nutricional.

2.3 Em última análise.

Após análise criteriosa, não foram identificados impedimentos que afetem a regular tramitação do PL nesta Casa Legislativa quanto ao mérito desta Comissão. Portanto, concluímos favoravelmente à continuidade do processo legislativo do presente Projeto de Lei.

3. CONCLUSÃO:

Por todo o exposto, concluo este parecer pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Nº 679/23.

Belo Horizonte, 07 de novembro de 2023.

ROBERTO ELBO
GONCALVES:87
136791634

Assinado de forma digital
por ROBERTO ELBO
GONCALVES:8713679163
4
Dados: 2023.11.07
15:14:07 -03'00'

Vereador Roberto da Farmácia

Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARECER DE 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 705/23

1. RELATÓRIO:

De autoria do Ver.(a) Rubão, o Projeto de Lei em epígrafe que "Institui a implantação do programa jovem atleta no Município de Belo Horizonte", seguindo o rito regimental, vem às comissões de mérito a fim de que seja analisado o PL 705/2023.

A Comissão de Legislação e Justiça, ao apreciar a matéria em 1º turno, aprovou parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do PL.

A Comissão de Educação, ao apreciar a matéria em 1º turno, manifestou pela aprovação da proposta.

Seguindo o trâmite regimental vem a proposta a esta Comissão de Administração Pública, conforme despacho em que delimita a competência para análise, qual seja: art. 52, inciso II, alíneas "g" e "l" do Regimento Interno, da estrutura organizacional e administrativa do Executivo, incluindo as entidades da administração indireta; e de matéria referente ao direito administrativo em geral.

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei Nº 705/2023, proposto pelo ilustre vereador Rubão, propõe a criação do Programa Jovem Atleta no Município de Belo Horizonte.

O principal objetivo deste projeto é incentivar a prática de esportes entre os jovens, promovendo hábitos de vida saudável. O programa tem diretrizes claras, como estimular hábitos saudáveis, incentivar a prática de diversas modalidades esportivas, e assegurar a participação e premiação igualitária entre todos os alunos em eventos esportivos municipais.

Para a implementação do programa, o Poder Executivo Municipal tem a autoridade para realizar várias ações, como organizar competições entre alunos de escolas públicas e

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 06.11.23
HORA: 15.26.05



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

privadas, buscar apoio e patrocínio da iniciativa privada, firmar convênios com organizações não governamentais e promover campanhas para divulgar os benefícios da prática esportiva. O projeto também permite que informações sobre as inscrições para o Programa Jovem Atleta sejam divulgadas por todos os órgãos da administração direta e indireta.

Além disso, o PL prevê a possibilidade de adotar outras medidas necessárias para a realização do Programa Jovem Atleta, sob a coordenação da Secretaria Municipal competente. Essas medidas podem incluir a definição de datas, modalidades esportivas, idades dos participantes, horários e locais dos campeonatos, e formas de premiação.

Na justificativa do projeto, é destacada a importância de estabelecer diretrizes para incentivar práticas esportivas e promover hábitos de vida saudável entre os jovens, vendo o PL como uma oportunidade de criar políticas públicas que favoreçam a saúde e o bem-estar dos jovens de Belo Horizonte.

2.1- COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Diante do despacho presidencial cabe a análise desta comissão da estrutura organizacional e administrativa do Executivo, incluindo as entidades da administração indireta; e de matéria referente ao direito administrativo em geral.

O Projeto de Lei (PL) 705/2023 propõe a instituição do Programa Jovem Atleta no Município de Belo Horizonte, delineando uma estratégia robusta para fomentar a prática esportiva e a adoção de hábitos de vida saudáveis entre os jovens. Este PL é emblemático, não apenas pelo seu conteúdo orientado ao bem-estar juvenil, mas também pela sua metódica atenção à estrutura organizacional e administrativa do Executivo, assim como à aderência aos princípios do direito administrativo.

No que tange às responsabilidades do Poder Executivo, o PL articula um papel proativo e central. É delegada à administração a autoridade para realizar competições, estabelecer parcerias com o setor privado e organizações não governamentais, além de promover campanhas informativas e educacionais. Este delineamento responsabiliza diretamente o Executivo Municipal pela efetiva realização e sucesso do Programa Jovem Atleta.

Intrinsecamente, o PL se alinha com a administração direta, entregando à Secretaria



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Municipal competente uma posição central de liderança, coordenação e supervisão. A secretaria é vista como um órgão de supervisão ativa, entrelaçando diferentes aspectos e fases do programa, desde a concepção e planejamento até a execução e avaliação. Nesse contexto, a secretaria não apenas personifica a autoridade administrativa, mas também se torna um epicentro de atividade, inovação e adaptação, garantindo que o programa seja relevante, responsivo e eficaz.

A administração indireta também é habilmente integrada ao arcabouço operacional do programa. O PL, com sua visão abrangente, permite que entidades com uma dose de autonomia, como autarquias e empresas públicas, contribuam significativamente. Este engajamento das entidades da administração indireta potencializa o programa, canalizando uma diversidade de recursos, competências e perspectivas, enriquecendo assim a execução do programa e ampliando seu alcance e impacto.

O projeto também mostra uma visão progressista ao promover parcerias e colaborações. Existe uma expressa disposição que permite a colaboração com a iniciativa privada e organizações não governamentais. Esta inclusão de múltiplos stakeholders promove uma abordagem colaborativa, polifônica e multidimensional, que pode catalisar inovação, diversidade de programas e sustentabilidade financeira.

A flexibilidade e adaptabilidade são outras características chave do PL. Ele permite uma aplicação dinâmica e contextual do programa, onde diferentes entidades podem contribuir de maneira única, promovendo assim uma implementação que é ao mesmo tempo diversificada e adaptada às necessidades locais e oportunidades emergentes.

A legalidade e competência administrativa são outros pilares essenciais deste projeto. O PL demonstra um respeito meticuloso ao arcabouço legal e constitucional, assegurando que todas as ações e iniciativas previstas estejam em conformidade com os princípios e normas do direito administrativo. A justificativa legal reforça a competência do município em legislar sobre tais matérias, conferindo legitimidade e autoridade à proposição legislativa.

Além disso, a iniciativa leva em consideração a reserva de administração e as normas de iniciativa legislativa, assegurando que o PL esteja alinhado com os requisitos constitucionais e legais, evitando conflitos e inconstitucionalidades potenciais. O projeto,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

assim, manifesta uma harmonização cuidadosa entre os objetivos sociais desejados e a observância rigorosa das normas administrativas e legais.

Dadas as análises, não vislumbramos óbices que impactem na regular tramitação da proposição nesta Casa quanto ao mérito atinente desta Comissão, por isso passamos à conclusão que se segue.

3. CONCLUSÃO:

Por todo o exposto, concluo este parecer pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Nº 705/23.

Belo Horizonte, 06 de novembro de 2023.

ROBERTO ELBO Assinado de forma digital
por ROBERTO ELBO
GONCALVES:87 GONCALVES:87136791634
136791634 Dados: 2023.11.06 15:18:43
-03'00'

Vereador Roberto da Farmácia

Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RESPOSTAS EM PAUTA

39ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Comissão de Administração Pública

As respostas em pauta já foram publicadas e os conteúdos poderão ser consultados diretamente no Portal da Câmara Municipal, <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes>, na pesquisa pelo tipo de proposição “Requerimento de Comissão”, seguido do respectivo número do requerimento e do ano.